

5 CONCLUSÃO

Ao longo da dissertação procurei analisar a trajetória da CEPAL nos últimos cinquenta anos, enfatizando o contraste entre a produção teórica de sua primeira década de existência (1948-1959) e a agenda dos anos 90. Nos dois casos o pensamento da CEPAL sofreu enorme influência do contexto econômico internacional predominante em cada período, e em ambas situações a teorização veio em seguida às transformações sócio-econômicas que estavam ocorrendo no continente latino-americano: o processo de substituição de importações visando à industrialização, em curso desde os anos 30 e que seria refinado pela CEPAL nos anos 50, e o processo de liberalização comercial e financeira, em marcha desde meados dos anos 70 e que se aceleraria nas décadas seguintes, levando a uma resposta da CEPAL materializada na publicação da TPE. Paralelo às mudanças na conjuntura política e econômica mundial ocorreram modificações no quadro institucional que também influenciariam nos novos rumos da organização.

Nesta conclusão, pretendo fazer uma abordagem crítica da escola estruturalista, apontando os limites de uma visão que omite as noções de poder nas relações internacionais e que possui uma concepção simplista e ingênua do Estado, visto como um ente epistemológico alheio aos conflitos de interesses existentes na sociedade. Além disso, critico a concepção dualista do pensamento cepalino, presente na teoria do subdesenvolvimento, que enxerga a realidade sócio-econômica como sendo dividida em dois setores opostos, um moderno e um tradicional. Este balanço crítico, que começa tratando do impacto da ofensiva neoliberal sobre o pensamento estruturalista, termina analisando as condições atuais do subdesenvolvimento periférico, e a importação dos modelos teóricos das universidades norte-americanas e suas consequências para a região. As limitações da escola latino-americana, existentes desde sua primeira década, não retiram a importância e a novidade de suas contribuições, cujo legado foi decisivo para que, pela primeira vez, se formasse uma consciência sobre a magnitude dos problemas e desafios existentes em nosso continente.

Nos últimos trinta anos as idéias neoliberais atingiram uma verdadeira supremacia acadêmica e ideológica. Na América Latina, esse receituário se transformou no fundamento teórico de um novo projeto econômico de desenvolvimento, associado ao poder e à economia norte-americanos. Esse novo cenário tem levado as principais teses da agenda latino-americana sobre o desenvolvimento a serem descartadas: todas as preocupações em torno das restrições externas ao crescimento, sobre as origens das desigualdades sociais, e a necessidade da intervenção estatal e de um projeto de construção de um sistema econômico nacional autônomo, têm sido consideradas anacrônicas. A fragilização temporária das idéias estruturalistas, marxistas e nacionalistas, combinada com a hegemonia avassaladora do projeto liberal foram responsáveis pelo empobrecimento do debate intelectual, que ainda se encontra submetido às análises de curto prazo sobre as políticas de privatizações, desregulação e estabilização macroeconômica. A falta de alternativas teóricas foi concomitante à redução da margem de manobra dos Estados que aderiram às propostas de liberalização, pois a ação estatal se tornou prisioneira da camisa de força criada por suas próprias políticas liberais. Além disso, a fragilidade financeira do atual modelo econômico leva a restrições externas que impedem o crescimento sustentado, gerando a falta de recursos fiscais responsáveis pelos investimentos em infra-estrutura e políticas sociais universais (Fiori, 2001a).

A derrota momentânea do pensamento crítico latino-americano decorreu da dificuldade que muitos estruturalistas e marxistas tiveram para compreender, teórica e politicamente, as transformações mundiais responsáveis pela desarticulação da estratégia e das instituições desenvolvimentistas surgidas após a Segunda Guerra Mundial (Fiori, 2001a). Por outro lado, a desaceleração do ritmo de crescimento e as mudanças na orientação dos países desenvolvidos fizeram com que estes ficassem menos inclinados a apoiar “ações afirmativas” a favor dos países em desenvolvimento dentro da estrutura de cooperação ao desenvolvimento internacional. As preparações para a Rodada Uruguai¹ marcaram um ponto de inflexão na capacidade negociadora

¹ Esta rodada de negociações comerciais multilaterais do GATT se realizou no período 1986-1993. Ela promoveu uma liberalização adicional no comércio de produtos industriais, além de integrar ao quadro multilateral novos setores da atividade econômica, através dos acordos sobre direito de propriedade

dos países periféricos: a reunião ministerial do GATT de 1982, na qual muitos países centrais expressaram suas intenções de aprofundar o processo de liberalização em curso, precedeu em apenas alguns meses o anúncio da insolvência financeira do México. A partir desse episódio, os maiores devedores, Brasil e Argentina, reconheceram a fragilidade de suas posições de barganha. De acordo com a CEPAL,

“In response both to internal factors and to pressure from the structural reform programmes being promoted by multilateral financial agencies, many developing countries embarked upon a unilateral liberalization of their economies. By the end of the Uruguay Round, they had consolidated almost all their tariff structures and had, for the most part, given up their demands for greater autonomy in designing and executing policies on investment and productive diversification and even in utilizing trade restrictions to cope with balance-of-payments crises” (ECLAC, 2002, p.94).

No final dos anos 80 estava claro que o pensamento crítico latino-americano havia perdido sua vitalidade, fazendo com que muitos estruturalistas e marxistas aderissem, de uma forma ou outra, ao projeto liberal conservador que promoveria mais uma etapa de “modernização conservadora” nas principais economias do continente ao longo da década de 90. Para Fiori, esta capitulação diante da avalanche neoliberal teve caráter sobretudo político, apesar de ter sido também consequência de algumas inconsistências teóricas que há muito acompanhavam a tradição latino-americana. Muitos adeptos do pensamento crítico tiveram dificuldade em compreender os movimentos simultâneos de concentração territorial do poder e da riqueza mundial e de pauperização das grandes massas. Por isso, segundo Fiori,

“A maior parte dos estruturalistas, e também dos marxistas, interpretou as mudanças do sistema mundial privilegiando as transformações tecnológicas e institucionais dos regimes de produção e acumulação. Acabaram concordando, em muitos pontos, com as teorias do ‘crescimento endógeno’ e da *new institutional economics*, chegando, por vezes, às mesmas conclusões da interpretação liberal do fenômeno da globalização” (Fiori, 2001a, p.51).

Uma das inconsistências teóricas do pensamento cepalino foi a excessiva ênfase dada ao papel do progresso técnico, evitando-se uma análise do desenvolvimento do sistema capitalista e seus esquemas de dominação centrada no dinheiro internacional. Os textos estruturalistas não incorporaram a questão do padrão monetário

intelectual, comércio de serviços, compras governamentais, investimentos e agricultura. Por fim, criou a Organização Mundial do Comércio-OMC (Guimarães, 2000).

internacional, preferindo centrar-se no progresso técnico e na industrialização nacional como forma de responder aos entraves do subdesenvolvimento. Entretanto, como se verificou posteriormente, a industrialização via substituição de importações não eliminaria nem os problemas estruturais colocados por Furtado, nem a situação periférica colocada por Prebisch (Tavares, 2000).

A literatura latino-americana parecia desconhecer a importância dos regimes monetários não só para compreender a dinâmica do sistema capitalista internacional, mas também as relações entre seu centro e suas periferias. Não percebia que cada regime monetário internacional foi e continua sendo um reflexo das relações transitórias de poder entre as grandes potências detentoras das principais moedas. A relação dos Estados “atrasados” com o regime monetário internacional não conseguiu reduzir sua dependência dos ciclos da demanda externa e do estrangulamento recorrente do seu balanço de pagamentos, e tampouco garantiu a conversibilidade de suas moedas (Fiori, 2001b). Esses países, que hoje se encontram na periferia do sistema, continuam dependendo periodicamente do refinanciamento privado de suas dívidas, quando não recorrem à moratória, como fez a Argentina recentemente.

Outra fraqueza do pensamento da CEPAL, que vem desde seu período inicial, é sua concepção do Estado, visto como um ente homogêneo e autônomo em relação a quaisquer interesses de classe. A organização nunca levou em consideração as coalizões de poder existentes dentro do aparelho estatal, como se este não tivesse qualquer vínculo com os processos de produção e distribuição da riqueza. As análises sobre o poder e as classes sociais ocuparam o segundo plano na leitura histórica dos estruturalistas, que sempre consideraram a inovação e difusão tecnológica como eixo explicativo central do dualismo do sistema econômico mundial. Além de não enfrentar o problema do “interesse de classe” da burguesia latino-americana, as propostas político-econômicas da CEPAL pareciam supor um comportamento empresarial “clássico” da mesma (Fiori, 2001a). Porém, esqueceu-se que na América Latina, ao contrário da Europa e de alguns países asiáticos, até hoje nunca ocorreu uma convergência entre os “interesses burgueses” e os de uma suposta “vontade coletiva nacional”, que pairasse acima das divergências das classes sociais. Na visão

estruturalista a “dimensão nacional” sempre foi vista mais como contraposição ao interesse internacional hegemônico do que como eixo de uma relação de classes.

A teoria cepalina acreditava ingenuamente numa simetria entre desenvolvimento econômico e formas políticas mais democráticas. Esta era a conseqüência política esperada do processo de industrialização e modernização que estava ocorrendo no continente, que se assemelhava muito às concepções da ideologia liberal e à idéia da existência de uma “burguesia nacional”, defendida por toda elaboração inspirada no marxismo soviético. Entretanto, a história da América Latina não permitiu o surgimento de uma classe burguesa independente, capaz de realizar entre nós uma revolução burguesa “clássica”. Segundo Chico de Oliveira,

“na crise da passagem para uma sociabilidade de sujeitos autônomos, ainda que no marco capitalista, as burguesias não suportaram a emergência das novas classes sociais virtualmente colocadas pela própria expansão capitalista, cuja concretude, sabemos, depende das próprias classes, e apelou simultânea e decisivamente para a repressão política e para as forças imperialistas. Em outras palavras, incapaz de elaborar sua própria hegemonia, o desenvolvimento pareceu às burguesias uma ameaça e um passo para o socialismo” (Oliveira, 1998, p.207).

O fato da CEPAL não ter aprofundado a crítica da política como meio de chegar à crítica do Estado não resultou apenas de sua perspectiva economicista. Na verdade, houve uma opção ideológica de analisar o comportamento do Estado em sua forma operacional de setor público. Por isso, a evidente contradição entre as propostas de desenvolvimento apoiadas na distribuição progressiva da renda e o fortalecimento de uma política de setor público orientada para o reforço do governo central e a concentração da capacidade de investimento. Ficou faltando uma análise crítica do Estado histórico concreto latino-americano, de sua fundamentação em estruturas de poder nacionais e de suas conseqüências no crescimento da economia (Pedrão, 1988).

Todavia, a análise mais árida sobre as fissuras do pensamento cepalino foi feita pelo sociólogo Francisco de Oliveira no ensaio *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, publicado pela primeira vez no início dos anos 70. Feita há trinta anos atrás, trata-se de uma crítica situada “à esquerda” do pensamento cepalino, que ainda conserva muitos elementos atuais, apesar de conter algumas observações um tanto

ultrapassadas. No plano teórico, o autor aponta os limites tanto da tese de Prebisch sobre a deterioração dos termos de intercâmbio em desfavor dos países latino-americanos, como do modelo dualista contido na teoria do subdesenvolvimento. Em relação à primeira, ele afirma que tal tese conteria os requisitos para uma reelaboração da teoria do imperialismo, mas que sua profundização nesta direção foi abortada. O que teria surgido a partir daí foi uma proposição nitidamente reformista, que apesar de ser altamente ética era igualmente ingênua: Prebisch esperava que os países industrializados “reformassem” seu comportamento, aumentando seus pagamentos pelos produtos primários que compravam da América Latina e rebaixando o preço dos bens que comercializam, que viria a ser a essência das conferências da UNCTAD (Oliveira, 2003a).

No entanto, não se deveria esperar de um organismo internacional multilateral posições revolucionárias. O ataque empreendido pela CEPAL à divisão internacional do trabalho e sua denúncia do não-funcionamento do princípio ricardiano das vantagens comparativas na economia internacional causaram grande impacto na época. Para uma organização criada num ambiente de tanta hostilidade, as proposições defendidas pela CEPAL foram extremamente corajosas e ousadas. Pode parecer ingenuidade hoje, mas naquele momento a tese da deterioração dos termos de intercâmbio e a luta liderada por Prebisch para criar uma ordem econômica internacional mais justa tiveram muita repercussão e poder de mobilização. Entretanto, ficou evidente a inviabilidade de se reformar o sistema capitalista sem confrontar os interesses dominantes. Num clima de acirrada polarização política e ideológica, o reformismo conseqüente da CEPAL ficou espremido entre o conservadorismo das propostas da Aliança para o Progresso e o vanguardismo das posições defendidas pela Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). Em tal contexto, não havia muito espaço para as proposições cepalinas.

A crítica feita à teoria do subdesenvolvimento foi ainda mais contundente, muito embora conserve alguns elementos atuais. O conceito de subdesenvolvimento como formação histórico-econômica singular se apoiava na polarização entre um setor “atrasado” e um outro “moderno”, que poderia proporcionar, caso houvesse “ética”, a assistência técnica e humanitária à lentidão dos setores tradicionais. Para

Chico de Oliveira (1998; 2003a), essa oposição seria tão-somente formal, pois na realidade o que existia era uma unidade de contrários, na qual o chamado pólo “moderno” crescia e se alimentava da existência do setor “atrasado”. Esta formulação fazia crer que o subdesenvolvimento era a forma própria das economias pré-industriais atravessadas pelo capitalismo, “rumando”, portanto, para formas mais avançadas deste². Ocorre que tal postulação parece esquecer que o Brasil e a América Latina nasceram na vanguarda do sistema, isto é, como lugar de produção. As economias da região surgiram como uma reserva de acumulação primitiva do sistema internacional, ao contrário de outras colônias -como as treze norte-americanas, a Nova Zelândia e a Austrália- que se encontravam na retaguarda do processo de expansão capitalista mercantil, servindo como escoadouro de excedentes populacionais. Portanto, antes de ser uma formação histórica o subdesenvolvimento foi uma formação capitalista.

Analisando a realidade brasileira, Chico de Oliveira (2003a) conclui que as diferenças de produtividade entre os setores agrícola e industrial não autorizavam a construção do modelo dual, pois por trás desta suposta dualidade havia uma integração dialética. Na verdade a indústria, que sempre foi voltada principalmente para os mercados urbanos, nunca precisou dos incrementos nem dos consumidores do mercado rural para viabilizar-se. A acumulação industrial foi reforçada pelo enorme “exército de reserva” e pelos excedentes alimentícios fornecidos pelo campo, que juntos contribuíram para reduzir o custo de reprodução da força de trabalho urbana. Combinou-se desde o início as novas relações de produção do setor dinâmico (a grande empresa capitalista) com o padrão não-capitalístico da agricultura e dos serviços³. Estas esferas serviam como “periferia” do modelo, visando a sustentação e a alimentação do crescimento dos setores nitidamente capitalistas (tanto no campo,

² Em pouquíssimos casos, como no México e no Peru, houve a penetração de modos de produção anteriores, de caráter “asiático”, pelo capitalismo (Oliveira, 2003a).

³ A dinâmica do modelo requeria a manutenção das condições de reprodução das atividades agrícolas, por isso não excluiu totalmente as classes proprietárias rurais da estrutura de poder e dos ganhos da expansão do sistema. Daí a não extensão da legislação trabalhista para o campo e a preservação da concentração fundiária. Em relação ao setor de serviços, seu crescimento foi baseado muitas vezes na pura força de trabalho, realizado de maneira artesanal ou informal. Assim, ao contrário do que diziam os teóricos do subdesenvolvimento não houve “ínchao” deste setor, que nunca foi obstáculo ao processo global de acumulação, muito pelo contrário: transferiu continuamente uma fração de seu valor para as atividades econômicas de corte capitalista (Oliveira, 2003a).

com o *agrobusiness*, como na cidade, com a indústria), que a longo prazo garantiriam as estruturas de dominação e reprodução de um sistema extremamente concentrador. Essa análise esvaziava a tese sobre a inelasticidade da oferta agrícola, elaborada a partir da realidade chilena e generalizada para todo o continente pela CEPAL.

A teoria do subdesenvolvimento e seus estereótipos – “desenvolvimento auto-sustentado”, “internalização do centro de decisões”, “integração nacional” e “interesse nacional” – consolidaram o desenvolvimentismo, desviando a atenção teórica e a ação política do problema da luta de classes, justo quando esta mais se acirrava devido ao rápido processo de transformação da economia, que deixava de ter uma base agrária para tornar-se industrial-urbana. A ênfase no paradigma centro-periferia, que significava uma visão do desenvolvimento pelo ângulo das relações externas, impedia os teóricos do subdesenvolvimento de analisar as estruturas internas de dominação. Desse modo, a problemática do desenvolvimento era tratada como uma oposição entre nações, ocultando-se que toda essa questão passava, antes de tudo, pela oposição entre classes sociais internas. Ao desviar a atenção dos conflitos distributivos internos, que tendiam a se radicalizar com o avanço da industrialização, a teoria do subdesenvolvimento serviu como a ideologia do chamado período populista (Oliveira, 2003a). A maioria dessas críticas feitas por Chico de Oliveira devem ser analisadas dentro do contexto da época e vistas mais como uma crítica a determinados aspectos do pensamento de Celso Furtado, que atingem obviamente a CEPAL. Se a denúncia das assimetrias nas relações econômicas internacionais e algumas proposições reformistas, como a defesa da reforma agrária, foram suficientes para a criação de um clima hostil à CEPAL, não seria razoável esperar desta ou de qualquer organização multilateral internacional uma análise mais contundente no que se refere ao desnudamento das relações de exploração existentes dentro de cada país.

Sem retirar o valor e a importância histórica da teoria do subdesenvolvimento, que muito contribuiu para a compreensão da especificidade do capitalismo periférico, é inegável a atualidade de aspectos desta crítica ao pensamento dualista da CEPAL. As crianças trabalhando na sinaleira e o verdadeiro bazar persa que se tornou as principais cidades do nosso continente, em virtude da crescente informalidade, não

são sinais do atraso, mas constituem a verdadeira face de um processo atroz de modernização. Cada vez mais, nós, latino-americanos, somos definidos pela exceção cotidiana, pois o trabalho informal não é compatível com o regime da mercadoria, o patrimonialismo de nossas elites não combina com a concorrência entre os capitais e o mutirão da casa própria está na contramão da ordem da cidade moderna.

Houve algumas mudanças fundamentais no conceito e na realidade característicos do subdesenvolvimento. Apesar deste continuar não se definindo pela posição do PIB ou pela produção industrial no *ranking* da produção mundial, como alertara Furtado em sua teoria original de 1961, já não pode mais estar preso ao paradigma centro-periferia de Prebisch baseado numa clara divisão internacional do trabalho. Desde o pós-guerra, com a expansão das multinacionais e sua divisão do trabalho intrafirmas, e sobretudo depois de retomada da dominação imperial dos EUA e a globalização dos mercados financeiros, as condições de superação do subdesenvolvimento mudaram muito (Tavares, 2000). Já não há mais as mediações nacionais que fizeram do subdesenvolvimento uma realidade específica, a começar pela fragilidade, quando não supressão, das moedas nacionais. Segundo Chico de Oliveira,

“A metáfora, por enquanto apenas metáfora, dessa desterritorialização localizada -que corresponde ao simulacro do Estado Nacional- é que se trata de províncias do império, em que o nexos externo não é mais filtrado ou mediado por nenhuma força interna, em que não há mais, sequer, subordinação: há apenas ordenação” (Oliveira, 2000, p.127).

Pela primeira vez na história a periferia subdesenvolvida é contemporânea do que se passa no centro dinâmico; o que antes era um traço distintivo (ainda que não exclusivo) das economias dependentes, a super-exploração do trabalho, generalizou-se para todo o sistema. Ademais, todas as outras características são subsidiárias dos países centrais: as privatizações, o desemprego estrutural, a desregulamentação da economia, etc. Entretanto, até recentemente acreditava-se que os entraves do subdesenvolvimento poderiam ser resolvidos a partir de suas próprias contradições. Assim, a estratégia substitutiva permitiria uma inserção internacional capaz de fazer com que os países periféricos “saltassem etapas” a cada ciclo de modernização; a organização dos trabalhadores poderia evitar a alta exploração propiciada pelo custo

rebaixado da força de trabalho; e a reforma agrária acabaria tanto com a fonte fornecedora de mão-de-obra barata como com o patrimonialismo arraigado das elites latino-americanas. Para que essas reformas inaugurassem um outro estilo de desenvolvimento fazia-se necessário que as elites locais compartilhassem desse projeto reformista e emancipador. Todavia, elas recusaram qualquer aliança com as classes subordinadas e optaram, quase simultaneamente, por regimes militares que se sucederam entre os anos 60 e 80. Ou seja, se houve escolha e decisão (via golpes de Estado) foi porque havia outro caminho alternativo como opção. A contemporaneidade acima referida faz com que o subdesenvolvimento, enquanto formação específica, perca sua força conceitual, muito embora suas conseqüências persistam de maneira agravada.

Apesar de todas essas críticas às inconsistências teóricas do pensamento cepalino serem pertinentes não se pode esquecer que o radicalismo crítico da CEPAL estava contido por sua posição político-institucional, pois afinal de contas trata-se de uma comissão econômica das Nações Unidas. Reconhecer, entretanto, que uma perspectiva de análise intelectual poderia ter ido mais longe não significa negar os avanços feitos por ela. Não há dúvida de que as idéias produzidas pela CEPAL muito contribuíram para a compreensão, num primeiro momento, de alguns dos problemas centrais da acumulação capitalista na periferia e dos obstáculos que se lhe antepunham. Mesmo empunhando desde o início a bandeira do reformismo, as proposições da CEPAL foram duramente combatidas pelas classes dominantes da América Latina, além de serem mal vistas pelo governo dos EUA.

O pensamento estruturalista é tributário da tradição clássica e moderna da teoria econômica. Nas análises da CEPAL coexistem, sem integrarem-se, explicações clássicas, marxistas, keynesianas, neoclássicas e até mesmo marginalistas (sobre os mecanismos dos preços do mercado e do crescimento econômico). O estruturalismo foi também influenciado pelo nacionalismo econômico alemão – sobretudo pelas idéias de List- com relação à importância do papel do Estado e das políticas públicas na construção de um sistema econômico integrado (agricultura com a indústria), capaz de auto-reproduzir-se de maneira relativamente endógena priorizando o crescimento das forças produtivas (Cardoso, 1995; Fiori, 2001a).

A teorização cepalina teve o mérito de resgatar o conceito de periferia do senso comum, “(...) dando-lhe um significado muito preciso, associado à dinâmica cíclica da economia mundial e à ‘deterioração secular dos termos de intercâmbio’, desfavoráveis, no longo prazo, para as economias periféricas” (Fiori, 2001a, p.42). Além disso, a escola da CEPAL dirigiu críticas não respondíveis à teoria neoclássica sobre o comércio internacional e que continuam válidas até hoje. Em documento recente, a CEPAL mostra um quadro que comprova a validade da tese formulada por Prebisch e Singer: levantamento de preços de 24 *commodities*, no período entre 1900 e 2000, mostra que os termos de troca daquelas (excluindo-se os combustíveis) têm se deteriorado a tal ponto que seus valores representam agora menos de um terço dos níveis pré-1920. Isto equivale a um decréscimo anual significativo, da ordem de 1.5% nos últimos 80 anos (ECLAC, 2002).

Uma análise seriada revela que não houve uma tendência baixista persistente dos preços dos produtos primários, mas três mudanças estruturais: a primeira em torno de 1920, quando as *commodities* perderam cerca de um terço de seu valor relativo; a segunda após o fim da Segunda Guerra Mundial; e a última em 1980, que provocaria uma tendência negativa que resultou num declínio cumulativo de aproximadamente 30% nos últimos 20 anos. A baixa inicial coincidiu com a severa crise pós-Primeira Guerra Mundial, em 1920 e 1921, quando o preço real das matérias-primas teve perda de 45%. O *crash* de 1929 deprimiu ainda mais o preço das matérias-primas, situação que perduraria até o final dos anos 1940. Apesar do rápido crescimento econômico pós-1945 (com exceção do período turbulento da Guerra da Coreia) o valor das *commodities* permaneceu baixo. O “choque do petróleo”, em 1973, foi a única vez que os preços das *commodities* recuperaram o nível registrado antes da Primeira Guerra Mundial. Todavia, a verdadeira virada aconteceria em 1979, quando as autoridades econômicas dos EUA decidiram elevar violentamente as taxas de juros com o objetivo de controlar a inflação e fortalecer o dólar. A partir de então, a deterioração dos termos de intercâmbio se acelerou, tendência ainda não revertida (ECLAC, 2002).

Contribuiu para o agravamento deste cenário o retorno triunfal da economia acadêmica vulgar, materializada na hegemonia avassaladora do pensamento

neoclássico. Nas últimas décadas, o ensino e a pesquisa em economia no Brasil e na América Latina passaram por um processo de “americanização”, chamado por alguns de “imitação voluntária” ou de “mimetismo isomórfico”⁴. Voltou à moda a cópia acrítica e mecânica de teorias e modelos importados, ensinados na maioria das vezes por professores formados em universidades norte-americanas. Ocorre que tais modelos foram elaborados com base na realidade dos EUA e de outros países desenvolvidos, estando, portanto, saturados de valores e ideologias, cuja transposição para países em desenvolvimento seria, no mínimo, complicada, pois exigiria certa dose de criatividade, coisa que anda muito em falta ultimamente por essas latitudes. Ao descrever este quadro, o economista Paulo Nogueira Batista Jr. desabafa: “Foi-se o tempo em que os latino-americanos elaboravam uma reflexão independente e original sobre os problemas do desenvolvimento econômico sob a liderança de grandes figuras como Raúl Prebisch e Celso Furtado”⁵.

O atual secretário-geral da UNCTAD, embaixador Rubens Ricupero, denuncia os resultados da contínua aplicação do receituário ortodoxo na América Latina. Baseando-se no balanço preliminar das economias da região publicado pela CEPAL no final de 2003, ele revela dados estarrecedores sobre o período 1997-2002. Ao longo da “semidécada perdida”, o continente continuou transferindo para o exterior mais dinheiro do que recebe: neste período a saída acumulada de capital equivaleu a 5% da riqueza produzida. Enquanto o produto se contraía e o ingresso de capitais descia à metade do quinquênio anterior (1994-1998), as remessas de lucro, dividendos e juros atingiam a expressiva quantia de US\$ 50,8 bilhões em 2002. Não foi preciso muito tempo para confirmar a razão dos que advertiam acerca do risco da entrada maciça de capital estrangeiro concentrado na privatização dos serviços públicos e bancários, setores que não criam correntes adicionais de exportação.

⁴ Sarah Babb tem um interessante trabalho sobre a convergência institucional do ensino de economia nos países desenvolvidos e em desenvolvimento em direção aos padrões dos EUA. Analisando o caso do México, a autora conclui que o isomorfismo econômico tem sido fundamental para a generalização das reformas neoliberais e que tal processo é financiado por instituições governamentais responsáveis pelo fomento à pesquisa. A principal consequência desse mimetismo para a América Latina é o afastamento das instituições democráticas da política econômica, que passa a ser da responsabilidade exclusiva do *expertise* econômico (BABB, S., “The Globalization of Economic Expertise”. In: **Managing Mexico**: economists from nationalism to neoliberalism, 2002).

⁵ BATISTA JR., Paulo Nogueira. Alunos forever. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 de set. 2003. Caderno B, p.2.

Apesar do PIB da região ter crescido 1,5% em 2003 (depois de haver encolhido 0,4% no ano anterior), o produto *per capita* continua sendo 1,5% inferior ao que era em 1997. Esse retrocesso se acentuou após o continente abraçar, de forma pioneira e fervorosa, o Consenso de Washington nos anos 90, liberalizando de modo drástico o comércio e o regime de investimentos. No lugar do aumento da eficiência prometido pelo modelo liberal ortodoxo se geraram danos sociais que tardarão a serem revertidos: em 2003, há 20 milhões de latino-americanos pobres a mais que em 1997. A taxa de desemprego cresceu dois pontos nesse período, chegando a 10,7%. Faltando pouco tempo para o bicentenário de sua independência, a América Latina se aproxima desse aniversário com a pobreza atingindo 44% de sua população. Com uma indignação irônica que lembra o escritor uruguaio Eduardo Galeano, Ricupero arrebatava: “ô contra-senso continua: um continente anêmico doa sangue para que os abastados se refocilem nos déficits; gente que não tem onde cair morta financia a obesidade dos que se podem dar ao luxo de invadir países ou planejar custosas explorações de planetas”⁶.

É preciso que os latino-americanos voltem a refletir sobre os seus problemas a partir de sua própria realidade, pois apenas dessa forma poderão enfrentá-los adequadamente. Não podemos mais continuar importando modelos dogmáticos, auto-referidos, que criam a ilusão de poderem cerrar o círculo do conhecimento. Torna-se necessário resgatar e atualizar o pensamento crítico da região, que teve como seu principal expoente a escola estruturalista. A criação da CEPAL possibilitou o surgimento da primeira visão coerente do conjunto do continente. Foi o momento no qual a América Latina se reconheceu. Apesar da crise em que se encontra submerso, o método histórico-estrutural continua sendo uma referência fundamental para todos aqueles que pretendem compreender a especificidade da nossa formação sócio-econômica-cultural. O fato de haver certas limitações não retira a importância histórica das contribuições da CEPAL e sua teoria do subdesenvolvimento. Parafraseando o poeta Ferreira Gullar, quem contar a história de nosso povo e suas lutas tem que falar nela. Ou estará mentindo.

⁶RICUPERO, Rubens. O continente da tristeza. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 de jan. 2004. Caderno B, p.2.